

OS CAMINHOS DA LUTA PELA TERRA: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO "PDS COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO"

*Ana Carolina Hepe Teixeira¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²*

As destruições provocadas pelos métodos violentos, em vários momentos da vida destes caminhantes em busca da terra, fazem parte de suas vidas reais, de seus corpos marcados pela história desta espoliação. No entanto, não se trata de seres abstratos, sem história, capazes de engolirem projetos alheios aos seus interesses e vontades. São portadores deste passado espoliado, e como tais, deveriam ser levados em conta nos fabulosos planos de Reforma Agrária, elaborados em Brasília, muito longe deles. (SILVA, 2004, p.313-314)

Resumo: Este trabalho procura mostrar a trajetória de um grupo de pessoas e sua busca por melhores condições de vida, a partir do início da luta por um pedaço de terra. Pretende-se aqui relatar o processo de formação do assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro em Descalvado/SP, desde a constituição do primeiro grupo e suas viagens até a obtenção das terras e a consolidação destas famílias no campo. Assim, espera-se melhor compreender a formação deste assentamento através da descrição e análise do valor da luta pela terra vivenciado pelas famílias e como este processo influenciou ou não a fragmentação do coletivo desta Comunidade. Procurou-se dar ênfase à importância do resgate da memória destas famílias, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, os diversos contatos com órgãos

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C- Funadesp do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara).

²Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do Nupedor.

políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e no que isso beneficiou ou não as famílias. O trabalho é fundamentado em pesquisas que tratam das memórias da luta pela terra e migração dos trabalhadores, principalmente nesta região do interior paulista. A metodologia utilizada são registros feitos em diários de campo, fotografias, jornais e entrevistas com os assentados que participaram dos principais momentos desta jornada.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; História / Memória; Luta pela Terra.

***Abstract:** This study tries to demonstrate the route of a group of people and their efforts towards a better quality of life, on the earliest beginnings of the fight for a plot of land. This paper aims to report the foundation process of PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro settlement in the Descalvado town, State of São Paulo, since the constitution of the first group and its journeys until the achievement of lands, and the consolidation of those families in the countryside. Thus, we look forward to better understanding this settlement foundation throughout the depiction and analysis of the fight for the land importance experienced by such families, and how that process whether influenced or not the collective allotment of this community. There was an attempt to emphasize the importance on the recovering of those families' memory, identifying the difficulties they faced since the first occupation until the appropriation of a plot of land, the several contacts established with politicians, religious, and syndical organisms up till now and in which areas those families had been or not benefited. The work is based on researches that deal with the memories of the fight for the land and workers' migration, mainly in this region of the interior of São Paulo. The methodological approach were obtained from daily fieldwork data, photographs, periodicals and interviews with settled people who had participated in the key moments of this essay.*

Keywords: Rural Settlements; History / Memory; Fight for the Land.

Um Breve Histórico

Em dezembro de 1999 teve início o acampamento "Dom Hélder Câmara" na fazenda Chimbó, localizada na rodovia Brigadeiro Faria Lima no município de Matão, interior do estado de São Paulo. Mil e duzentas famílias se juntaram ao MST e acamparam no local. Todas com a mesma esperança de conseguir um lote de terra.

Inicia-se para estas famílias uma trajetória que traria muitas experiências e lições de vida, corajosas e esperançosas de um futuro melhor, deixaram uma vida toda para trás nas respectivas cidades de origem, abandonaram tudo, para iniciar a luta por um pedaço de terra.

Após três meses neste acampamento, estas famílias foram notificadas que seriam despejadas. Apenas uma das várias ameaças que viriam pela frente. Logo após a notícia, várias famílias desistiram. Apenas 122 famílias das 1.200 permaneceram na luta, mudaram para a fazenda Santa Avóia no município de Barretos/SP. Em condições sub humanas, famílias que não podiam arcar com as despesas da mudança individual, tiveram que se submeter às condições que o caminhão coletivo gratuito podia lhes oferecer. Crianças, idosos, animais e pertences pessoais foram transportados em um caminhão de boi. Percorreram mais de 100 km, partiram para um local onde jamais haviam estado em direção a um futuro incerto.

Neste local, não havia água e as condições de sobrevivência eram muito precárias. Algumas famílias se juntaram em comissões e arrecadaram alimentos nas cidades vizinhas, a moradia era um barraco de lona preta à beira da estrada onde os moradores sofriam com os veículos imprudentes que ali transitavam.

O grupo era dividido em sub-grupos de base e "todos" deviam participar de alguma coordenação. Havia equipes de saúde (viabilizava condução para ir ao médico e remédios para os acampados), de educação (que resolvia as questões relacionadas à educação: ônibus escolar, matrícula, material escolar, etc.), almoxarifado (montava as comissões que iriam arrecadar alimentos e os distribuía para as famílias), com coordenadores e seus suplentes. A grande união do grupo era cativante, aquele ânimo do início movido por esperança de um futuro feliz, um espírito de luta que poderia superar qualquer tipo de dificuldade. Em meio a várias reintegrações de posses e muitas mudanças da estrada para a fazenda e vice-versa, as famílias permaneceram por 2 anos no local. O tempo passava e a dificuldade de permanência na luta aumentava.

Algumas famílias mudaram para outros acampamentos e foram assentadas muito antes do que aquelas que ali permaneceram³. Restaram naquela estrada, apenas 55 famílias que foram abandonadas pela coordenação e decidem se desvincular do MST.

Sem direção política, o grupo sofre uma nova ação de despejo da estrada e decidem se refugiar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barretos. Neste processo seus pertences foram retidos no almoxarifado Municipal, por isso precisaram

³Neste período, algumas famílias ocuparam uma fazenda próxima a Ribeirão Preto e foram assentadas.

fazer arrecadações de comidas, roupas, colchões, roupa de cama entre outras coisas de primeiras necessidades. Entretanto, após terem recusado uma proposta de ocupação em outra fazenda, estas famílias foram expulsas do Sindicato por outras 20 famílias organizadas pelo próprio presidente desta entidade

Mais uma vez sem destino, crianças, idosos, adultos, dormiram em uma Praça até que o Bispo da cidade oferecesse moradia em uma propriedade da igreja que se localizava a cerca de 50 km de Barretos, chamado Povoado Prata. Foram muito bem acolhidas nesse local, entretanto, não havia muitas condições de subsistência ali; os pais tinham dificuldade de sustentar seus filhos, não passaram fome, mas quase isso, a refeição principal era composta pelos alimentos arrecadados na cidade de Barretos e os peixes pescados do rio que havia próximo ao acampamento. Neste momento, algumas famílias já não agüentavam mais a pressão e as condições de vida que lhes eram possíveis, algumas voltaram para suas respectivas cidades. Já para as outras, voltar para casa seria muito difícil, pois já não restava mais nada, uma vez que se desfizeram de seus pertences para morar no acampamento. Para estas pessoas haviam apenas duas saídas: esperar para ver o que aconteceria ou, com muita força de vontade, mudar aquela situação.

Reuniram-se em assembléia, organizaram-se e decidiram, todos juntos, que teriam que mudar esta realidade. O coordenador, Piauí, buscou ajuda junto ao presidente da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais de Barretos), Élio Neves, que aceitou dar apoio político⁴ às 40 famílias que restaram.

Na direção da FERAESP, juntaram-se com um grupo também dissidente do MST que estava acampado na beira da estrada da Fazenda Experimental de Colina/SP, por mais de 6 anos. Neste momento formou-se um grupo maior. Organizados e com apoio se fortaleceram, fizeram trabalho de base, formaram um grupo de 150 famílias e ocuparam a fazenda. Logo em seguida, na reintegração de posse da fazenda houve conflito com a polícia, o qual terminou com 10 acampados feridos e três presos pela Polícia Militar. Logo após este conflito, o grupo mudou novamente para a estrada, mas após alguns meses receberam a notícia de um novo despejo. Sem muito sucesso em continuar no local, estas famílias se mudaram para um lote irregular em um assentamento no município de Ibitiúva (próximo a Pitangueiras, interior de São Paulo). Permaneceram no local por aproximadamente 2 anos e, depois migraram para o assentamento Monte Alegre na região de Matão. Alguns meses depois se mudaram para um acampamento muito antigo na região de Boa Esperança do Sul chamado Cachoeirinha e logo na próxima mudança várias famílias ficaram neste acampamento na expectativa de conseguirem seu lote mais rápido. Infelizmente estas famílias ainda não conseguiram o tão esperado lote de terra.

Esta trajetória de muitas andanças pode ser visualizada no mapa a seguir:

Figura 1. Mapa da trajetória das famílias de 1999 (ponto A) até 2009 (ponto I).



Fonte: Imagem do Google (2009), trabalhada pela autora.

As Terras: Entendendo um Pouco o Processo de Desapropriação

Segundo a entrevista com o coordenador do assentamento sobre o processo de desapropriação das terras em que estão assentadas as 18 famílias, as fazendas Santa Clara, Batalha e Santa Cecília (Descalvado) e a fazenda Santa Helena (São Carlos), foram confiscadas pela justiça por irregularidades jurídicas em 1981. Somente em 1993, foram transferidas para a União e em 2003 o INCRA⁴ entrou com um processo de ação pública em São Carlos para obter posse destas terras para fins de Reforma Agrária. Neste período o MST ocupou as fazendas em Descalvado, mas ficaram somente três dias e foram embora. Até 2005, o INCRA não possuía a certidão do uso da terra, as negociações com o SPU⁵, que tiveram início em julho de 2005, terminaram somente em novembro quando finalmente o INCRA teve posse desta certidão.

⁴Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁵Secretaria do Patrimônio da União.

Neste momento, após várias mudanças, tendo em vista que as fazendas de Descalvado já vinham sofrendo um processo de transferência da União para o INCRA, o pequeno grupo se dividiu em sub-grupos e um deles acampou no escritório do INCRA em Araraquara. Os outros acamparam em São Carlos na fazenda Santa Helena e em Descalvado, quando tiveram a informação que o MST iria ocupar estas fazendas, mesmo antes da aprovação do INCRA. Decidiram ocupar estas terras. E no dia 21 de dezembro de 2005, 66 famílias ocuparam a fazenda Santa Clara, tendo como principal objetivo em comum um lote de terra para o sustento de seus filhos e melhores condições de vida. Seria o início do Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro.

Viver em Comunidade: um Grande Desafio para Todos os Envolvidos

(...) o cotidiano dos assentamentos rurais, nos quais as pessoas "produzem a sua vida", a sua história e deixam fluir as tristezas, as alegrias, as manifestações festivas de dor; um movimento diário de vir a ser, tornar-se, fazer-se; deve ser entendido como um espaço-tempo de conflito - inerente às relações sociais -, pois há momentos de incertezas e de insegurança, isso ocorre desde a divisão dos lotes até o dia-a-dia de permanência na terra. (FARIAS, 2008, p.154)

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comunidade Agrária 21 de dezembro está localizado no Município de Descalvado, interior do estado de São Paulo, com 18 famílias homologadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Este assentamento teve origem na ocupação das fazendas Batalha, Santa Clara e Santa Cecília, acontecida no dia 21 de dezembro de 2005, com aproximadamente 66 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Estas famílias são originárias de várias regiões do estado de São Paulo que sofreram várias migrações até chegarem neste local. Algumas das regiões de origem são: Campinas, Jaboticabal, Tabatinga, Araraquara, Monte Alto, Bebedouro, São Carlos e Descalvado. Todas estas famílias trazem na bagagem suas culturas, pensamentos diferentes, modos de vida diferentes, mas todas em busca de um mesmo objetivo: a de conquistarem um pedaço de terra.

Após longos processos judiciais, lutas e desafios, é conquistado, no dia 16 de outubro de 2006, o assentamento chamado por todos de Comunidade Agrária 21 de dezembro, nome inspirado na data da ocupação das terras tão almejadas.

Neste momento, após sete anos de sonhos e lutas, apenas seis famílias do grupo

original⁶ (das cidades do estado de São Paulo Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Teresina/PI) faziam parte das 36 famílias que compunham este assentamento. As demais vieram de outros trabalhos de base feitos na região (Monte Alto, Bebedouro e Campinas), no decorrer desta longa caminhada.

Os homens e mulheres chegam aos assentamentos e trazem histórias de vida que se apresentam como forte definidor das estratégias familiares, (re) estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperança de alcançarem dias melhores. (FARIAS, 2008, p.152)

Apesar do INCRA considerar estas famílias assentadas, elas permaneceram por muito tempo morando em barraco de lona, retirando água de uma nascente próxima dali, e, sem energia, utilizavam velas e lâmpíões para obterem luz, tomando banho de "canequinha". Como os lotes não estavam demarcados ainda pelo INCRA, a área foi dividida pelos próprios moradores do assentamento, a qual rendeu apenas um pouco mais de um hectare para cada família. Nestas condições, os assentados ainda se consideravam acampados, acreditavam que estas terras não seriam o suficiente para o auto sustento de suas famílias e, após possuírem o SIPRA⁷ (que significa serem aptos ao programa da Reforma Agrária), passaram por um processo de seleção feito pela própria Comunidade. Sem muitas perspectivas, várias famílias foram embora por conta própria, algumas para um horto em Bauru e outras desistiram da luta pelas condições de vida naquele local.

(...) o pessoal ainda tem a ilusão de pegar cinco alqueires, seis, sete e pensa individual e, acabou um pouco desistindo porque achou que a terra era pouca porque nunca teve um pedaço e nunca pensaram na área total das fazendas, quando viu aqui achou que era pouca e acabou desistindo. A conquista valeu a pena pelo ponto de vista da luta, mais do ponto de vista político do próprio povo, é (...) a gente acho que saiu perdendo. (Depoimento de Francisco das Chagas Costa, mais conhecido como Piauí⁸, maio de 2008).

⁶Grupo originário da 1ª ocupação na cidade de Matão.

⁷Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

⁸Coordenador da comunidade e participante deste processo de luta pela terra desde a primeira ocupação.

Atualmente com 18 famílias (seis do grupo original) regularizadas pelo INCRA, a Comunidade vem passando por um processo de mudança e de concretização de seus objetivos.

O projeto das casas e aquisição dos materiais de construção, a implantação da rede de energia elétrica, a perfuração do poço artesiano e a negociação de uma possível cooperativa são planos coletivos relativamente de todos em comum.

A reflexão acerca dos momentos de acampamento mostra maior unidade – espaço de iguais – sendo que o objetivo em comum era um lote de terra. Entretanto, quando esse objetivo é alcançado, cada família segue em busca de seu próprio sonho e as diferenciações afloram. Ou seja, as decisões coletivas, as cobranças junto aos órgãos gestores, os atos e reuniões políticas, já não fazem parte do cotidiano destas famílias, nem de suas necessidades. Silva (2004) aponta o motivo destas diferenças recorrentes entre ser acampado e ser assentado:

A sociabilidade da fase do acampamento, na maioria das vezes, não tem continuidade no assentamento. Valores relativos à solidariedade, ajuda mútua e mística são, *grosso modo* (grifo do autor), substituídos pelo individualismo, pela não cooperação. Esse fato ocorre em virtude da imposição da inserção dos assentados na economia mercantil, na qual a terra é vista enquanto meio de produção. (p.104-105)

Em uma entrevista com Davi (23), jovem assentado que esteve presente desde o início da busca pela terra, é possível notar a saudade das festas comemorativas no momento de acampamento e o quanto elas influenciavam para a união do grupo:

Há vários fatores que nos impede de sermos unidos, coisas culturais, não tem festa aqui, tem que ter festa. Em época de acampamento havia muitas festas, festa junina, dia das mães, hoje não tem mais nada, as pessoas se juntavam cada vez mais. E hoje não tem mais isso. Acaba que as pessoas se afastam (...) tem gente aqui que eu não vejo faz três meses, isso porque são 18 famílias imagine se fosse mais? As pessoas estão cada vez mais distantes. (Abril de 2008)

Os assentados necessitam adaptar-se também às múltiplas idéias existentes neste grupo, multiplicidade esta que ocorre em qualquer tipo de comunidade. A predominância do individualismo pela diferenciação de idéias é considerada pela

maioria dos assentados um dos maiores problemas para o desenvolvimento do assentamento. Contudo, Farias (2008) defende que:

Os assentamentos rurais devem ser entendidos considerando sua temporalidade dinâmica e, também conflituosa, espaço-tempo onde encontramos subjetividades diferenciadas e distintos projetos familiares que se cruzam e se conflitam cotidianamente. Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde também encontramos as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias. (p. 152)

O coordenador do grupo afirma que o momento atual está propício à volta da discussão do coletivo pelo fato de os assentados estarem mais maduros e confiantes. Caso isso não aconteça, ele acredita que daqui a alguns anos a tendência de famílias desistirem é grande, pois não terão condição de sobrevivência naquele local, tendo em vista o tamanho da área e a baixa produção de cada lote. Se os assentados não tiverem coletivismo na produção e venda dos produtos, não haverá mercado para cada um, trazendo uma lamentável desordem à economia destas famílias.

Algumas famílias acreditam que se houvessem mais encontros, festas culturais, grupo de jovens e de mulheres seria possível a "volta do coletivo".

Após dois anos de assentados, tivemos este encontro de mulheres que é muito importante e incentivou muito nós a formarmos um grupo de mulheres para o artesanato e ajudar na luta, a gente aprende muita coisa, anima mais, a união faz a força, quando vamos a um encontro parece que é um 'combustível', nós saímos muito mais motivadas de lá, precisa ter sempre estes eventos. (Maio de 2008)

Este é o depoimento de dona Jê, com 60 anos de idade e oito de luta, onde alerta as mulheres e os jovens, para que não entrem na questão do individualismo e que tenham cada vez mais força e motivação no embate pela Reforma Agrária, processo

no qual são importantes festas culturais, reuniões e perspectiva de formação de um "nós" na comunidade.

As Práticas Educativas

As práticas educativas se dão cotidianamente na troca de conhecimento, ora entre os assentados, ora nas próprias famílias, com experiências e conhecimentos passados de pai para filho, seja com experiências de vida ou nas próprias reuniões e decisões coletivas.

A assistência técnica também é uma importante prática educativa, houve um curso de conservação de solos e o plantio de adubos orgânicos, troca de conhecimentos com estudantes de engenharia agrônômica e engenharia florestal, os quais estagiaram no assentamento trazendo muitos conhecimentos e os adquirindo também.

A troca de experiência entre um assentamento e outro também é muito importante para o desenvolvimento de ambos para a construção de códigos de reconhecimento social. Um dos exemplos foi a visita ao assentamento PDS Sepé Tiaraju (do MST) em Serrana e Serra Azul (região de Ribeirão Preto), que juntamente com a EMBRAPA e o INCRA implantaram uma área com o Sistema Agroflorestal (SAF)⁹ denominada Unidade de Observação Participativa (UOP), que serve de exemplo para os agricultores do próprio assentamento e para os da região.

O técnico do INCRA já havia chamado a atenção para esta técnica de cultivo que permite maior autonomia dos assentados e menor agressão ao meio ambiente e com a visita a idéia pôde ser alavancada.

Jovens: Guardiões do Futuro?

Atualmente, cerca de 12 jovens (de 12 a 27 anos), ainda residem na Comunidade, a maioria sem perspectiva ou projeto de permanecer naquele local no futuro. O contraste entre a animação de alguns jovens e o desânimo de outros, por conta dos anos de luta e espera pela terra, é muito presente no

⁹Segundo consta no site da EMBRAPA, o Sistema Agroflorestal (SAF) é uma forma de uso da terra que *"se combinam espécies arbóreas lenhosas (...), com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal e que interagem econômica e ecologicamente"* (ver o site: www.cpa.embrapa.br).

assentamento e isso causa certo atrito entre eles. Uma das semelhanças entre estes jovens é a falta de projetos que os envolvam, pois todos, mesmo que de maneira diferente pensam em ter um futuro bem melhor do que seus pais tiveram na juventude, já que a maioria sofreu muito trabalhando para os outros nas lavouras alheias.

Estes jovens, por falta de programas ou de políticas públicas a eles dirigidas, acabam ficando com o tempo ocioso e, cada vez mais, desanimados de sua realidade. Alguns optam ou são submetidos a ir à busca de um emprego na cidade ou trabalharem registrados em usinas e pomares de cana e laranja durante a safra. Os que vão para cidade vão a busca de uma "melhoria de vida", o que é considerado uma utopia, moram com parentes próximos, ou até mesmo sozinhos. Iludidos pelo sistema capitalista, visando sempre o "lucro" para satisfazerem os desejos de consumo e também para ajudar nas despesas de casa. Já os que não conseguem emprego por falta de qualificação e exigências do mercado de trabalho, são induzidos a optar para o trabalho rural assalariado, trabalham no corte de cana e na colheita de laranja, muitas vezes em condições sub-humanas, deixam os estudos por cansaço e desânimo, permanecendo nessas condições sem ao menos concluir o ensino fundamental. Outros, porém, trabalham e com muito esforço terminam o ensino médio, mas, infelizmente param por aí.

Recentemente, após várias reivindicações dos movimentos sociais com o apoio do INCRA surge então a oportunidade de filhos e netos de assentados terem acesso ao mundo da ciência e um contato com a vida acadêmica através do PRONERA.

O curso de Pedagogia da Terra é uma realidade na vida de 50 filhos, netos e cônjuges de assentados, de todo o estado de São Paulo. Com ênfase na educação do campo, com um peso teórico e ideológico este curso procura formar, além de profissionais, militantes que possam atuar em seus movimentos colaborando desde a organização interna à implantação de projetos que viabilizem melhoria e o desenvolvimento de seus respectivos assentamentos ou comunidades as quais pertencem.

Outra questão referente aos jovens do Assentamento 21 de dezembro é que muitos destes não possuem tanta afinidade com a terra o que faz o futuro do lote incerto. Ainda que alguns tenham irmãos para manter o lote futuramente e não tenham tanta preocupação em sair, os que não têm irmãos vivem a angústia de não poder abandonar seus pais e desapontá-los, sendo que os pais entram na luta pela Reforma Agrária visando um futuro melhor para seus filhos, expectativa nem sempre concretizada. Muita das vezes estes jovens não têm tanta liberdade de ajudar seus pais nas decisões em relação ao lote, como por exemplo, na escolha do projeto do plantio do lote, o que acarreta maior distância do jovem assentado em relação à

terra. Neste sentido, Castro (2005) aponta que:

(...) pensar a inserção do "jovem" no meio rural hoje, implica enfrentar o esforço de analisar (...) as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, onde o *jovem* (grifo da autora) ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas. (p.345)

Crianças: Sementes do Futuro?

Entre 10 a 15 crianças (de 5 meses a 12 anos), residem na Comunidade com seus pais e irmãos, alguns até nasceram no assentamento e pode-se traçar a hipótese de que os que vão para o assentamento ainda crianças e crescem neste local, terão afinidade e amor à terra do que os que vão para o assentamento depois de terem tido contato com o "mundo urbano".

Atualmente o assentamento vem passando por um processo de implantação e aprendizado e, por enquanto, não possui uma escola. Crianças e jovens necessitam ir a escola na cidade mais próxima (Descalvado) e enfrentam a longa jornada de ônibus, por estradas cheias de buracos e muitas voltas até chegarem a seus destinos. As crianças estudam no período da manhã e acordam bem cedinho para chegar a tempo na escola, já a maioria dos jovens que estudam no período noturno, dirige-se até o ponto de ônibus por volta das cinco e meia da tarde, para chegar à escola as sete, na volta chegam aproximadamente meia noite, mesmo chegando neste horário muitos trabalham no dia seguinte e precisam acordar às cinco horas da madrugada no outro dia, esforçando-se para conciliarem o trabalho e o estudo. Além deste obstáculo, encontram dificuldade quando precisam interagir nos assuntos e costumes das pessoas do meio urbano. Por conta desta exclusão social, muitos são levados a omitir suas origens, ou seja, o temor da discriminação os leva a esconder suas identidades.

Contrapondo esta realidade, há o grupo Pé Vermelho¹⁰ do assentamento "Bela Vista do Chibarro" (região de Araraquara/SP), que vem trabalhando a

¹⁰O Pé Vermelho nasceu a partir do trabalho de Pesquisa dos estudantes do curso de Pedagogia da Terra com o objetivo de desenvolver um projeto de recuperação dos laços sociais e auto-estima dos moradores, com a participação da comunidade. O grupo deseja plantar uma nova semente de esperança, recuperando o espírito de coletividade do assentamento. Para tanto, o Pé Vermelho pretende iniciar um processo de organização comunitária que respeite os valores, as tradições, a vida no campo por meio de ações concretas que sensibilize os moradores a se

valorização da cultura, o orgulho de ser assentado e a importância do campo para a sociedade através de atividades culturais e educativas (Dia das Crianças e a Festa Junina), com crianças e jovens assentados desta comunidade.

Considerações Finais

No decorrer destes anos de luta pela terra, na condição de acampada, vivenciei vários dos momentos bons e ruins pelos quais passamos até a obtenção de um lote de terra. Hoje, na condição de filha de assentado e universitária, tenho a oportunidade de reconstruir esta história/memória que está guardada em muitas pessoas que sentiram este processo na pele. Por um lado, o registro da história de luta pela terra é importante para mostrar como são difíceis as condições para que uma família seja assentada, seja no relacionamento com outros atores sociais ou pela própria persistência de continuar na luta. Por outro, é importante para a trajetória deste assentamento e para as gerações futuras saberem o valor da luta social de seus familiares. Atualmente, 18 famílias foram assentadas na comunidade Agrária 21 de Dezembro, destas, apenas seis desde a primeira ocupação em 1999. São famílias que conseguiram alcançar seus objetivos para reconstruir suas vidas. Entretanto, ainda continuam a luta após a constituição do assentamento, pois a entrada na terra não significa o final de suas reivindicações, frustrações e vitórias.

Referências

CASTRO, E.G. O paradoxo "Ficar" e "Sair": os caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JÚNIOR, O. (Orgs.). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA; Araraquara: Uniara, 2005.

FARIAS, M.F.L. de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.

unirem e lutar por melhorias sociais e econômicas. O nome tem como objetivo reafirma a identidade dos jovens proponentes com a terra e enfrentar o preconceito que sofrem no dia-a-dia da cidade (na escola, no ônibus escolar, nos espaços públicos, entre outros), ao serem chamados de "pé vermelho". A fim de mostrar o valor do campo, principalmente à essa juventude dessa comunidade. "Pé Vermelho" significa: PÉ = permanência na Reforma Agrária e VERMELHO = a luta pela terra.

(Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; Araraquara: Uniara, 2008.

SILVA, M.A.M. **A Luta pela Terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004 (Coleção Paradidáticos; Série Poder).